

Modernização do jornalismo carioca: entre memória e identidade - o lugar do jornal A Manhã e de Aparício Torelly na memória do jornalismo carioca

Bruno Fernando Castro*

Resumo: Esse trabalho chama a atenção para as características do jornal A Manhã e a relação com o seu contexto, período no qual a literariedade, a política e o humor no jornalismo moderno teriam de ser separados editorialmente da notícia, objetiva e pretensamente imparcial. Para a efetivação desses valores e o posicionamento em distinção ao que se fazia no jornalismo de então foi preciso, além das grandes mudanças que realmente o jornalismo passou na década de 1950, trabalhar a construção de uma memória do jornalismo brasileiro coerente com o projeto que os agentes hegemônicos do campo jornalístico queriam efetivar. Muitas vezes o problema da memória manipulada é construído em *locus* de fragilidade de identidades, o que provoca abusos de memória. E como a identidade daquele jornalismo anterior a esse período ainda era frágil, podemos dizer, conceitualmente, que houve abusos dessa memória buscando construir uma identidade própria para o campo jornalístico.

Palavras-chave: Imprensa e Memória – Aparício Torelly – História e Memória do Jornalismo Carioca

Abstract: This work intends to discuss the characteristics of the newspaper *A Manhã* and its relation with the context of objective journalism, period in which literality, politics and humor should be separate editorially from the news, once it should be objective and impartial. In order to distinguish these values from the objective journalism, that has been changing during 1950's, it was necessary to build a brazilian journalism's memory adjusted to the project that the hegemonic agents of the journalistic field wanted to consolidate. Very often, the problem of the manipulated memory is built in *locus* of fragility of identities, what causes abuses of memory. And as the identity of that journalism previous to that period was still fragile, we can say, conceptually, that there were abuses of that memory while the hegemonic agents tried to build the journalistic field's own identity.

Keywords: Press and Memory – Aparício Torelly – History and Memory of Carioca Journalism

Apontamentos e questões

“Um herói de dois séculos”. Esta é apenas uma das tantas falas auto-referenciais do indefectível Barão de Itararé, personagem criado por Aparício Torelly, e que selecionamos para ilustrar o tema do nosso trabalho. Portanto, a primeira questão que se coloca é porque escolher uma frase emblemática de um personagem que se destacou por sua verve cáustica para discutir os parâmetros da profissionalização do jornalismo e as muitas construções mitológicas em torno do que é ser jornalista?

* Licenciado em História pela FFP-UERJ, graduando em Estudos de Mídia pela UFF, Mestrando em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC-FGV.

Poucos autores se confundiram tanto com uma de suas criações quanto ele. Analisando o fazer jornalístico até a primeira metade do século XX no Brasil, pretendemos não apenas definir o processo de agregação de determinados valores ao jornalismo, como também cotejar tal processo com a construção memorialística fundamental à legitimação do modelo de jornalismo que conhecemos hoje.

Acreditamos que a modernização da imprensa da década de 1950 só pode efetivar seus valores de um jornalismo pretensamente objetivo, não literário, e isento de interesses partidários, através do suporte de uma distinção construída com outra forma de fazer jornalístico, desqualificada e atrasadamente datada.

Usamos essa frase, portanto, para evidenciar a razão de o eixo de nossa argumentação estar centrado em torno da trajetória sócio-profissional de Aparício Torelly e de sua empresa jornalística, *A Manhã*. Segundo, fazendo uma análise em termos, demonstra-se o que teremos como chave de leitura para o nosso recorte histórico-cultural: pensar como um jornal tipicamente artesanal e pessoal, nos moldes do jornalismo brasileiro feito no século XIX, se manteve e se destacou num contexto de processual modernização empresarial da imprensa.

Sintomaticamente, *A Manhã* deixa de circular definitivamente, após muitos percalços, em 1952. Essa década presenciou grandes transformações na imprensa brasileira, principalmente no Rio de Janeiro, com a pretensa adoção do modelo norte-americano de jornalismo. Porém, admitimos que o que levou um imaginário comum posterior a ver essa década como o período que a imprensa passou por uma revolução modernizante é também uma construção memorialística. Definindo o que deveria ser lembrado e ser esquecido, os jornalistas responsáveis pela construção do profissionalismo como pedra de toque da sua modernidade compulsória passaram, cada vez mais, a tentar se distinguir de seus predecessores, como se mudanças, mesmo aquelas que ocorreram nessa época, não resultassem de conhecimentos e experiências historicamente acumulados.

A figura de Aparício Torelly, longe de representar tipicamente aquele período da história da imprensa, serve para mostrarmos os esforços de um discurso auto-legitimante, que desqualifica aquele modelo como inapropriado para os padrões que deveriam ser impostos ao jornalismo baseando-se numa ideologia da seriedade que primava pela objetividade e imparcialidade.

Antes de desqualificar a busca por informações com algum grau de credibilidade ou verossimilhança, nos preocupamos com o processo de construção do jornal como o lugar do

fato, verdadeiro e objetivo, que levou também a imprensa a se auto-atribuir papel de conformadora da esfera pública. Por isso cabe o questionamento de a quem na verdade esses valores servem e em qual formato se está autorizado a falar.

Assim, podemos sinteticamente dizer que um dos objetivos principais desta pesquisa é discutir a questão dos trabalhos de memória produzida pelos agentes hegemônicos do campo jornalístico e que envolvem o jornal *A Manhã*. A nossa hipótese é que o apagamento memorial desse periódico, na construção discursiva dos chamados reformadores do jornalismo carioca, faz parte de uma estratégia implícita onde o esquecimento legitima a construção de um novo tempo para a profissão. Nesse sentido, Aparício Torelly e *A Manhã* pertencem a um tempo que deve ser naturalmente esquecido. Isso, em contraposição ao ideal de modernidade construído, marcando a ruptura com um jornalismo que se fazia até então, apagando o passado, o antigo, enfim, esquecendo a história.

De fato, houve mudanças na imprensa brasileira na década de 1950. Mas, ao associarem tais mudanças com modernização, podemos relacionar com a idéia modernista de vanguarda. Ou seja, os jornais dessa época que adotassem tal modelo se viam como vanguarda. De tal maneira, que pensar esse período como o da modernização da imprensa, é perceber a construção de práticas discursivas que instaura as mudanças ocorridas na década de 1950 como a vanguarda do jornalismo. Nas palavras dos jornalistas, o conceito de moderno tomava os moldes das modificações e valores que pretendem legitimar para a profissão.

Entretanto, é mais convincente pensar as mudanças ocorridas nesse período como um momento de confluência e sistematização de idéias que já vinham sendo esboçadas em várias outras experiências e pela própria dinâmica social daquela conjuntura. Portanto, nossa proposta segue a linha reflexiva de se pensar a modernização dos anos 1950 a partir de um processo que começa a ser gestado na sociedade brasileira desde o início do século XX.

A história da imprensa como processo

O ideal de objetividade na imprensa carioca foi uma construção contínua e gradativa. Fora preciso todo um longo trabalho de memória e de definições práticas para especificar o papel do jornalista e do jornalismo – ser isento, imparcial e abordar os múltiplos aspectos de uma realidade a quem é concedido o direito de significar. Os próprios jornalistas vão construindo um lugar peculiar para a profissão, no qual a idéia de representação ideal da realidade se sobressai (Barbosa, 2007:96). Porém, toda uma constante prática discursiva e um

trabalho de enquadramento da memória foi preciso. Por isso, Marialva Barbosa (2007) afirmará que a cada década uma nova modernidade era construída pelos jornalistas, promovendo revoluções periódicas na imprensa brasileira.

Nas primeiras décadas do século XX, rapidez se tornava palavra de ordem, num mundo profundamente afetado por tais tecnologias, modificando a percepção do espaço e do tempo. Na esteira da aceleração do tempo percebido subjetivamente, *O Paiz*, em seu artigo de fundo em 26 de junho de 1914, afirmava que “o leitor apressado não queria pensar, não tinha tempo para acompanhar longas reflexões filosóficas (...) diga-lhe *o que* passou, *como* se passou, *em que condições*, se deu o fato que o ocupa (...) e se for possível, fazê-lo sem palavras” (*O Paiz*, 26 de junho de 1914, p.1)

Assim, o mito da objetividade, segundo Barbosa (2007), deve ser percebido na longa duração, como um simbolismo construído pelas próprias empresas jornalísticas e pelos jornalistas para assim cunhar uma distinção ou um lugar autorizado de fala.

É neste sentido que na nossa hipótese sobre apagamento do Barão de Itararé e de *A Manha* se deu por uma estratégia política implícita no discurso dos atores envolvidos no processo de modernização da imprensa carioca. O Barão e a sua *Manha* deveriam ser definitivamente sepultados porque tributários de um tempo sem qualquer correspondência simbólica com o momento que se queria instaurar. O Barão não servia de patrono da modernidade e, portanto, deveria ser esquecido. Herói de um tempo longínquo, do jornal de um homem só, que com sua verve e sua opinião cáustica incomodava a todos.

Jorge Amado, no prefácio feito para uma antologia da obra de Aparício Torelly, defende que o Barão de Itararé e toda a experiência do jornal *A Manha* foram esquecidos graças a uma estratégia política dos generais durante a ditadura militar, pois poderia ser perigoso lembrar um personagem crítico e caustico como ele.

Mas teria sido apenas esse fator? Ou a estratégia de esquecimento é construída também no âmbito do próprio movimento de profissionalização da imprensa brasileira a partir dos anos 1950?

Pensar o esquecimento é colocar em cena, portanto, a questão da memória. O esquecimento é operação memorável, que envolve estratégias do grupo e da sociedade. Assim, o movimento do grupo de jornalistas, sobretudo, a partir da década de 1950 é na direção de construir uma nova identidade, sem ligações explícitas com personagens representantes de um jornalismo de outro tempo e com outros valores. Esse jornalismo

moderno, profissional e auto-suficiente que incorporou o ideal de objetividade para se auto-legitimar, não precisava e nem queria um patrono como o Barão de Itararé. Figura “anacrônica” de um tempo da imprensa em que o improvisado, o artesanal, o pessoal era dominante, ou seja, identificada com o arcaísmo, mas que convivera por algum tempo com os jornalistas que promoveram tais mudanças (Barbosa, 2005:102).

Ana Paula Ribeiro lembra que antes das reformas jornalísticas da década de 1950, ninguém esperava que os jornais fossem neutros e objetivos (Ribeiro, 2007:16). A sua função era comentar os acontecimentos e, nessa conjuntura, era comum buscarem sua legitimidade e confiança, para além dos interesses de grupos políticos, abrindo espaços para o público se expressar, ou abordando temas e acontecimentos do seu cotidiano, narrados com boas doses de emoção e sensacionalismo.

Com a Revolução de 1930 e a ascensão política de um governo autoritário e totalitarista, ampliou-se os poderes discricionários do Estado que passa a ocupar, cada vez mais espaços na imprensa, como forma de difundir a ideologia estadonovista. De tal forma que em meados da década de 1930, o leitor está praticamente ausente das publicações. Sua fala é silenciada nos jornais, enquanto a fala do Estado é ampliada (Barbosa, 2007:108). Fosse compulsoriamente, fosse por cooptação, o Estado se preocupava em ter o controle dos meios de comunicação de forma a efetivar sua hegemonia, ou seja, produzir consenso.

Nesse contexto, o público procurará cada vez mais na fantasia e na emoção de personagens mitificados a expressão de seu rosto silenciado. Ao se ver apartado da discussão política, mostrará a sua face nas publicações que enfocam o entretenimento e nas notícias que envolvem o drama do cotidiano (Idem, ib.).

É ao longo desse contexto que *A Manhã* se destaca junto ao público, oferecendo um entretenimento que queria ser a mediação não apenas do seu cotidiano, como também um intermediário humorístico, no sentido bakhtiniano de estética da inversão (de inversão cômica de valores), da política brasileira.

Posteriormente, a década de 1950 apresentou um contexto bastante favorável à modernização do jornalismo brasileiro, sobretudo o carioca. Vivia-se um clima geral de renovação, e a redemocratização e o fim da censura trouxeram a liberdade de volta ao jornalismo. Nessa nova conjuntura, buscavam construir e consolidar novas bases para sua legitimidade e credibilidade. Como as idéias sobre o jornalismo estavam em transição, o que se procurava, então, era a autonomização do campo jornalístico em relação ao literário e ao

político, fundamental para a autoconstrução da legitimidade própria da profissão. Longe de deixarem de ser políticos, os jornais daí em diante passariam a atuar de outra forma na política. (Barbosa, 2007: 150).

Tomando essa preocupação de complexificar periodizações, Aparício Torelly surge então como o “herói de dois séculos”, segundo o próprio, porque nascera em 1895, e não por ter atuado “heroicamente” em dois séculos. Mas as suas atitudes e seu modo de fazer jornalismo são um exemplo de como era, e quais valores orientavam, a imprensa brasileira no século XIX. Assumindo claramente uma posição política, *A Manhã* lançava mão do humor, privilegiando as temáticas políticas, através do cáustico tirocínio de seu proprietário, redator, administrador, entre as múltiplas tarefas que desempenhava Aparício. De tal maneira, o Barão de Itararé reproduzia em *A Manhã*, em pleno século da modernização da imprensa carioca, a lógica do jornal de um homem só. É o primado da opinião e da estreita vinculação com a esfera política.

Essas reformas, entretanto, não significaram o desaparecimento de jornais inseridos num outro mundo e numa outra mítica, como aquele construído pelo herói dos dois séculos. Por isso o fazer jornalístico anterior à década de 1950 deveria ser posto em lugar de diferenciação para a construção de um ideal. A sistematização padronizante de uma imprensa moderna agrega para si valores como objetividade e isenção (dentro de uma linguagem própria), e o período histórico anterior da imprensa precisava ser considerado antagônico, ou no mínimo incipiente, para a eficácia dessa construção discursiva e memorialística da identidade jornalística moderna.

História da imprensa a partir das práticas de memória – algumas questões

No que diz respeito à memória nos interessa aqui o que Ricoeur (2000) identifica como a memória de nível prático, ou seja, a memória manipulada, já que ela se refere também à estrutura e ao enquadramento de uma narrativa. A relação memória e identidade é essencial a este modo de uso da memória. São através das construções identitárias que os personagens de uma história têm o seu percurso traçado e o uso e abuso de suas narrativas se dão a partir da fragilidade em torno da identidade.

Assim, muitas vezes o problema da memória manipulada é construído em *locus* de fragilidade de identidades, o que provocaria um abuso da memória. Baseando-nos na idéia de Ricoeur de uma memória que é manipulada, afirmamos que só é possível manipular a

memória de um grupo se ele não tiver uma identidade muito forte. E como a identidade daquele jornalismo anterior à década de 1950 ainda é frágil, podemos dizer, conceitualmente, que houve abusos dessa memória, manipulando-a através do esquecimento, buscando construir uma identidade para o campo jornalístico que se profissionaliza, definindo o que é e o que não é ser jornalista. Tal construção deve sempre estabelecer a conexão entre memória e narrativa, já que narrar implica numa seleção e, portanto, um esquecimento, o que ratifica nossa hipótese.

A memória de um grupo constrói-se como memória coletiva na medida em que ela é partilhada em uma vivência comum. E, como tal, modula mitos coletivos a partir das histórias particulares de vida.

Sobre essas memórias individuais devemos fazer algumas considerações. Halbwachs (1990) afirma que a lembrança é sempre uma operação de reconstrução do passado a partir do presente. Ademais, as memórias individuais se realizam sempre em quadros sociais de memória (língua, tempo, espaço), e é o grupo ao qual pertence o indivíduo que fornece a ele os meios de reconstruir o passado através de tais quadros, permeados por questões do presente e do lugar de fala, construindo uma maneira autorizada de lembrar. Por isso, memória coletiva, segundo Halbwachs, é o exercício de lembramos em comum, formando grupos que se instituem como tal pela conservação de um passado comum. Portanto, a seletividade da memória nada mais é do que a capacidade de ordenar e dar sentido ao passado, em função das representações que permitem aos grupos sociais pensarem sobre o presente em função de um projeto.

Não seria, neste sentido, o esquecimento do Barão pelos jornalistas uma espécie de esquecimento político? Não estariam construindo na esteira de seu profissionalismo uma memória política, que não pode funcionar sem o esquecimento de outros modelos de jornalismo que queriam não mais legítimos? O apagamento do Barão não seria uma política de esquecimento público que se contrapunha a uma vontade de memória politicamente indesejável?

Leandro Konder alerta que “se o Barão afunda, de vez, no esquecimento, isso quer dizer que não estamos em condições de reconhecer plenamente o valor dessa história a que ele pertence. Pior ainda: quer dizer que não estamos em condições de dar continuidade a essa história, enriquecendo-a, aprofundando-a” (Konder, 1983:67).

Bibliografia

- ABREU, Alzira Alves de (org.). A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro dos anos 50. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.
- _____. A modernização da imprensa (1870-2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ABREU, Alzira Alves de; Lattman-Weltman, Fernando; Rocha, Dora (orgs). Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGC Editora, 2003.
- AMADO, Jorge. Prefácio a 1ª edição de Máximas e Mínimas do Barão de Itararé. Coletânea organizada por Afonso Felix de Souza. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985.
- BAHIA, Juarez. Três fases da imprensa brasileira. Santos: Presença, 1960.
- _____. Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, Marialva. Os donos do Rio. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- _____. Ficcionalidade e vestígios do passado: em cena o Barão de Itararé. In: Alceu, Rio de Janeiro, v.6, n°11, 2005.
- _____. História Cultural da Imprensa. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- _____. Percursos do Olhar: comunicação, narrativa e memória. Niterói, EdUFF, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. SP, Hucitec e Brasília, Universidade de Brasília, 1987.
- BAKHTIN, Mikhail. Problemas na poética de Dostoiévski. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1987.
- BREMMER, Jam e ROODENBURG, Herman. Uma história cultural do humor. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano – Artes de Fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e Mudança Social. Brasília: Editora UnB, 2003.
- FIGUEIREDO, Cláudio. As duas vidas de Aparício Torelly: O Barão de Itararé. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1989.
- _____. Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- HUYSSSEN, Andréas. Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Artyplano, 2000.
- KONDER, Leandro. Barão de Itararé: o humorista da democracia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Jornalistas: agenciando a cidadania, publicizando o privado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1992 (Dissertação de Mestrado).
- MINOIS, Georges (org.). A História do riso e do escárnio. São Paulo: Unesp, 2003.
- POLLACK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.
- _____. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 5, nº 10, 1992.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. In: Lugar Comum. Nº 11, pp. 25-44.
- _____. Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.
- _____. A imprensa da independência e do primeiro reinado: alguns apontamentos. Texto apresentado no V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo, 2007. CD Rom do evento.
- RICOEUR, Paul. “O passado tinha um futuro”. In: MORIN, Edgar. A religação dos saberes: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa, vols. I, II, III. Campinas: Papirus, 1994, 1995, 1996.

- RICOEUR, Paul. La mémoire, l'histoire, l'oubli. Paris: Seuil, 2000.
- SALIBA, Elias Thomé. Raízes do Riso. A Representação Humorística na História Brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SCHUDSON, Michael. Discovering the news: a social history of american newspapers. New York: Basic Books, 1978.
- SCHWARZ, Roberto. “*As idéias fora do lugar*”. In: Ao vencedor as batatas. São Paulo: Duas cidades, 1977.
- SODRÉ, Nelson Werneck. A história da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- VELHO, Gilberto. Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ZUMTHOR, Paul. A letra e a voz. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.